

ESCRITURA PARTICULAR DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

celebrada entre

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

como Emissora;

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS DA AMAZÔNIA LTDA.;

ADM COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.;

AMD COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.;

Q1 SERVIÇO E RECEBIMENTO LTDA.;

como Fiadores;

ÁLVARO JABUR MALUF JUNIOR;

PAULO JABUR MALUF;

como Intervenientes Anuentes;

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

DATADA DE

15 DE SETEMBRO DE 2014



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 31300012012

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-12BAA-C22BA-D2729-5151F-5F02E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Ketle Cristina Teixeira de Costa Diniz
Secretária Geral

ESCRITURA PARTICULAR DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1.894, sala 106, Jd. Aclimação, CEP 78050-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob n.º 09.044.235/0001-50, NIRE n.º 51.3.0001281-2, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS DA AMAZÔNIA LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Rodrigo Otávio, nº 3555, loja L13A, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.999.792/0001-03, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Q1 Amazônia");

ADM COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1731, salas 101 e 102A, Bosque Saúde, CEP 78050-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.744.781/0001-80, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("ADM Comércio");

AMD COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1731, salas 101 e 102B, Bosque Saúde, CEP 78050-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.402.825/0001-81, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("AMD Comércio");

Q1 SERVIÇO E RECEBIMENTO LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1731, salas 101 e 102C, Bosque Saúde, CEP 78050-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.218.787/0001-37, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Q1 Serviço" e, em conjunto com Q1 Amazônia, ADM Comércio e AMD Comércio, os "Fiadores");



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

E, ainda, na qualidade de Intervinentes e Anuentes:

ÁLVARO JABUR MALUF JUNIOR, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Benjamin Constant, nº 77, sobreloja, sala 03, portador do documento de identidade RG nº 9.190.788 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física ("CPF/MF") sob nº 130.167.548-27, ("Álvaro");


PAULO JABUR MALUF, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Benjamin Constant, nº 77, sobreloja, sala 03, portador do documento de identidade RG nº 9.190.787-1 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física ("CPF/MF") sob nº 083.832.696-62 ("Paulo" e, em conjunto com Álvaro, os "Intervinentes Anuentes");

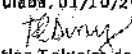
e, de outro lado, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304 – Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora, os Fiadores e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte",

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar a presente "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Q1 Comercial de Roupas S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº E0000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 12 de setembro de 2014 ("AGE"), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão e da Oferta (conforme definido abaixo), bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, nos termos do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). A Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) foi autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de setembro de 2014 ("RCA") nos termos do seu estatuto social.

1.2. As Garantias (conforme definido abaixo) prestadas no âmbito da Emissão pelos Fiadores foram aprovadas em: (i) Reunião de Sócios da Q1 Amazônia, realizada em 12 de setembro de 2014; (ii) Reunião de Sócios da ADM Comércio, realizada em 12 de setembro de 2014; (iii) Reunião de Sócios da AMD Comércio, realizada em 12 de setembro de 2014; e (iv) Reunião de Sócios da Q1 Serviço, realizada em 12 de setembro de 2014.

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 476", respectivamente).

2.1.2. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a CVM.

2.1.3. A Oferta não será registrada pelos Coordenadores na ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §2º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-422BA-D272B-5151F-SF03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA"), vigente desde 03 de fevereiro de 2014, exceto se expedidas diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do Código ANBIMA até o encerramento da Oferta.

2.2. Registro na JUCEMAT e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE e da RCA serão registradas na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso ("JUCEMAT"), nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Mato Grosso e (ii) no jornal "Diário de Cuiabá", nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.


2.3. Registro desta Escritura de Emissão

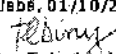
A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos posteriores serão arquivados na JUCEMAT, pela Emissora, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Sem prejuízo do disposto no item 6.5, alínea (e) desta Escritura de Emissão, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCEMAT deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis contados da respectiva data de registro na JUCEMAT.

Em atendimento ao disposto na Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em decorrência da constituição da garantia fidejussória outorgada pelos Fiadores, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser levados a registro, em até 10 (dez) dias contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de seus eventuais aditamentos, conforme o caso, perante os cartórios de títulos e documentos das seguintes cidades: (i) Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (ii) Cuiabá, Estado do Mato Grosso; (iii) São Paulo, Estado de São Paulo; e (iv) Manaus, Estado do Amazonas ("Cartórios de Registros"). Em até 10 (dez) dias úteis contados do referido registro perante os competentes cartórios de títulos e documentos, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original de cada registro, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Títulos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Kátia Cristina Telcelina da Costa Diniz
Secretária Geral

CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definido abaixo, e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Registro das Garantias

2.5.1. O Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) será registrado previamente a liquidação financeira da presente Emissão nos Cartórios de Registros, na forma prevista na Lei n.º 6.015 de 31 de dezembro 1973, conforme alterada. Após o registro do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) e de seus eventuais aditamentos, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original devidamente registrada nos competentes Cartórios de Registros, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento pela Emissora do respectivo comprovante de registro.

2.5.2. Sem prejuízo da caracterização da hipótese de vencimento antecipado prevista na alínea (b) do item 4.15.1 desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretroatável, a promover os referidos registros, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, observado que a Emissora ressarcirá todas as despesas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), caso a Emissora não os faça.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: 87F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6498F
Culabá, 01/10/2014

Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social a importação; exportação; distribuição; representação comercial por conta e ordem de terceiros; intermediação e o comércio atacadista e varejista de roupas e acessórios dos vestuários masculino e feminino; prestação de serviços de alfaiataria sob medida dos vestuários masculino e feminino; importação e comércio varejista de aparelhos de comunicação em geral e seus componentes; importação e comércio varejista de artigos de relojoaria e seus componentes; importação e comércio varejista de câmeras fotográficas e seus componentes; importação e comércio varejista de óculos; serviços de correspondente bancário de acordo com a resolução 3.110/2003 do BACEN (Banco Central do Brasil), independentemente do visto prévio do Banco Central do Brasil, cartão benefício, cartão combustível, benefício refeição, benefício alimentação, cartão presente, cartão bônus, vale gás, recarga de pré-pago (celular), transação SPTrans (bilhete único) e recebimento de prêmios das vendas e comissões; participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

3.2. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1 Serão emitidas até 500 (quinhentas) debêntures ("Debêntures").

3.4.2 Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, objeto do regime de melhores esforços, sendo que a Oferta em nada será afetada caso não haja a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem colocadas sob regime de melhores esforços. As Debêntures que não forem



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300612812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014.

Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de distribuição das debêntures objeto dos melhores esforços deverão ser canceladas pela Emissora.

3.5. Destinação de Recursos

Os recursos captados pela Emissora com a Oferta serão destinados à reestruturação do endividamento com o pré-pagamento da 2ª emissão de debêntures emitidas pela Emissora ("2ª Emissão") e ao reforço do capital de giro.

3.6. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário


O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Banco Liquidante"). A instituição prestadora de serviços de escriturador mandatário das Debêntures é o Itaú Corretora de Valores S.A. ("Escriturador Mandatário"). O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por meio de deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida).

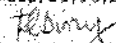
3.8. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme e melhores esforços de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), conforme os termos e condições do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única da Q1 Comercial de Roupas S.A." ("Contrato de Distribuição"), celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.

3.8.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Os



 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85B54-128AA-C22BA-DX720-5151F-5F03E-6496F
Curitiba, 01/10/2014


Katja Cristina Teixeira de Costa Diniz
Secretária Geral

Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.8.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outras, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e perante a ANBIMA exceto se expedidas diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do Código ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão até o encerramento da Oferta, conforme descrito na cláusula 2.4.3 acima.


3.8.4. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

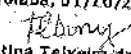
3.8.5. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados "Investidores Qualificados" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.

3.8.6. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.8.7. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até 2 (dois) dias úteis imediatamente subsequentes, a ocorrência de contato que



 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico e Registro em 30/09/2014 sob nº EDD00566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014.
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-83E54-128A-A-C22BA-D2728-5151F-5F03E-84B6P
Guiaá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.8.8. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo apenas Investidores Qualificados.

3.8.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.8.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 30 de junho de 2014 ("Data de Emissão").


4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

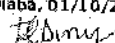
O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma e Conversibilidade

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.



 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

4.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Escriturador Mandatário, por meio de extrato da conta de depósito a ser por ele emitido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória.

4.5.2. As Partes deverão celebrar aditamento a presente Escritura de Emissão, nos termos do Anexo I abaixo, e submetê-lo a registro perante a JUCEMAT e os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes dos seus signatários ("Aditamento para Convolução"), para formalizar a convolução da espécie das Debêntures de quirografárias para a espécie com garantia real, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que a Condição Suspensiva (conforme abaixo definida) for satisfeita.


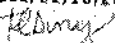
4.5.3. Fica desde já estabelecido que não será necessária nova aprovação societária pela Emissora ou a realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) para a aprovação do Aditamento para Convolução e consequente convolução da espécie das Debêntures para com garantia real e com garantia adicional fidejussória.

4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.



 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300032812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D3729-5151F-5F03E-6406F
Cuiabá, 01/10/2014

Kátia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

4.7. Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures têm prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de junho de 2019 ("Data de Vencimento").

4.8. Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Emissão das Debêntures, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 3,05% (três inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

J Valor Unitário da Remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;


VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

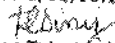
Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

Onde:



 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifica o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
QI COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2779-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária-Geral

FatorDI Produtório das Taxas DI, da data de início do período de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

n Número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

Onde:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
 Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
 Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
 NIRE: 51300012612
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
 Chancela: E7F3C-95E54-128AA-C228A-D2729-5151F-5F03E-6498F
 Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
 Secretária Geral



Spread 3,0500 (três inteiros e cinco centésimos); e


DP Número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

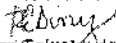
Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.2. O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, contados a partir da data de emissão, conforme cronograma de pagamento constante na tabela abaixo (cada data sendo individualmente uma "Data de Pagamento da Remuneração" e todas as datas sendo, em conjunto, as "Datas de Pagamento da Remuneração").

Data de Pagamento da Remuneração
30 de dezembro de 2014
30 de junho de 2015
30 de dezembro de 2015

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº EB000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F036-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira de Costa Diniz
Secretária Geral

Data de Pagamento da Remuneração
30 de junho de 2016
30 de dezembro de 2016
30 de junho de 2017
30 de dezembro de 2017
30 de junho de 2018
30 de dezembro de 2018
Data de Vencimento

4.8.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão ("Período de Capitalização").

4.8.3.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.4. Em caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicada na apuração de TDI a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias úteis, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.8.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, deverá ser utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido. Caso não haja definição de parâmetro legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, o que ocorrer primeiro, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberarem, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação vigente aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
 Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
 Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
 NIRE: 51300012812
 Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
 Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C228A-D2729-5151F-5F03E-6496F
 Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
 Secretária Geral

Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.8.5.1. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.8.5 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.8.5.1, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação da Taxa DI.

4.8.6. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.8.5, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas, observado o quorum estabelecido na Cláusula Sete abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário por escrito, ou por meio de publicação de comunicação aos Debenturistas, nos termos do item 4.19 abaixo, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIK no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela mesma, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/08/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F9C-85E54-128AA-C22BA-D2728-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014.

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



Debenturistas em cada data de amortização. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em Circulação, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.8.2 acima, observado que as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora em uma nova Assembleia Geral de Debenturistas a ser convocada para esse fim. Referida nova remuneração deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a nova remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa remuneração deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.8.7. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.9. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.10. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado, em 3 (três) parcelas consecutivas, a partir do 3º ano (inclusive) contados da Data de Emissão, que ocorrerão nas seguintes datas e valores:

Data de Pagamento da Amortização Programada	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado
30 de dezembro de 2017	33,3300%
30 de dezembro de 2018	33,3300%
Data de Vencimento	Saldo Devedor

4.11. Aquisição Facultativa

É facultado à Emissora adquirir Debêntures em circulação no mercado, observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido, bem como o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº E0000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-95R54-128AA-C228A-D2729-S151F-SF03E-6496F
Guia nº 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Piniz
Secretária Geral



adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item 4.11, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária

4.12.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar: (a) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"); ou (b) a amortização extraordinária das Debêntures, esta última limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Extraordinária").

4.12.2. O valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme aplicável, devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão; (ii) dos demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (iii) de prêmio de 0,52% (cinquenta e dois centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor da Amortização Extraordinária devido pela Emissora será equivalente a uma parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão; (ii) dos demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária; e (iii) de prêmio de 0,52% (cinquenta e dois centésimos por cento) incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação a ser amortizado extraordinariamente ("Valor da Amortização Extraordinária").

4.12.3. A data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, deverá, obrigatoriamente, ser um dia útil. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, que deverá ser



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000556000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F9C-85E54-128AA-C22BA-02729-5131F-5F03E-6490F
Cuiabá, 01/10/2014

Katla Cristina Tatkella da Costa Diniz
Secretária Geral

comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, com no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência. Adicionalmente, a Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Amortização Extraordinária, conforme definido abaixo, deverá ser enviada ao Banco Liquidante, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária.

4.12.4. Todas as Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão liquidadas em uma única data. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão canceladas pela Emissora.

4.12.5. O Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Extraordinária, conforme o caso, deverá ser realizado mediante comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário e publicado por meio de comunicação aos Debenturistas com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, sendo que tal notificação deverá informar (a) a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, (b) o procedimento a ser adotado para a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, (c) o percentual de prêmio a ser aplicado; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Amortização Extraordinária").

4.13. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

4.14. Garantias

4.14.1 Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora, previstas nesta Escritura de Emissão, as Debêntures contarão com garantia fidejussória e garantia real de cessão fiduciária, esta última sob condição suspensiva, de direitos



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000556000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E64-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-0496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



creditórios ("Fiança" e "Cessão Fiduciária", respectivamente, e em conjunto, as "Garantias").

4.14.2. *Fiança*. Os Fiadores prestam, neste ato, fiança em favor dos Debenturistas, obrigando-se, solidariamente entre si e com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, na qualidade de fiadores e principais pagadores e, solidariamente com a Emissora, responsáveis por todas as obrigações e pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração incidente sobre as Debêntures, dos Encargos Moratórios devidos pela Emissora, nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, verbas indenizatórias, bem como, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, desde que, em quaisquer dos casos, as pertinentes despesas sejam razoáveis e devidamente comprovadas ("Obrigações Afiançadas"), e renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, divisão e quaisquer direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.14.2.1. O Agente Fiduciário comunicará aos Fiadores a falta de pagamento ou inadimplemento de qualquer obrigação pela Emissora na data de descumprimento e/ou pagamento respectiva, observado o respectivo prazo de cura, caso aplicável, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, ou ainda aqueles devidos ao Agente Fiduciário. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da comunicação do Agente Fiduciário, fora do sistema da CETIP e diretamente a favor dos titulares das Debêntures ou do Agente Fiduciário, conforme o caso.

4.14.2.2. Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor dos Fiadores.

4.14.2.3. A Fiança é prestada no âmbito desta Escritura de Emissão independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

4.14.2.4. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida e vigente em todos os



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE Roupas S.A.
Chancela: E7F3C-85854-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



seus termos até a data do pagamento integral das Obrigações Afiançadas. Os Fiadores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das Obrigações Afiançadas.


4.14.2.5. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nas Debêntures, na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta ou ainda caso qualquer Fiador deixe de ser acionista da Emissora.

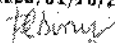
4.14.2.6. Os Fiadores se sub-rogarão no crédito devido pelos Debenturistas contra a Emissora observando sempre o disposto no artigo 350 do Código Civil. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Afiançadas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

4.14.2.7. Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a somente exigirem e/ou demandarem a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.14.3 Cessão Fiduciária. O Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia ("Contrato de Cessão Fiduciária"), sob condição suspensiva, a ser celebrado entre a Emissora e as Fiadoras como cedentes e o Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas, deverá ser levado a registro, às expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registros, no prazo previsto no Contrato de Cessão Fiduciária e observados os procedimentos descritos nos termos do item 2.5 acima.

4.14.3.1 Nos termos do artigo 125 do Código Civil, a constituição da Cessão Fiduciária é realizada sob condição suspensiva, qual seja, (i) o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 2ª Emissão, que deverá ocorrer na data de primeira integralização das Debêntures, e (ii) a devida comprovação, ao Agente Fiduciário, da liberação do ônus constituído pela Emissora sobre a Cessão Fiduciária por meio do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", celebrado em 9 de maio de 2013, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do efetivo resgate antecipado da totalidade das debêntures da 2ª Emissão, por meio da averbação de termo de quitação nos Cartórios de Títulos e Documentos das sedes das Partes ("Condição Suspensiva").

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012012
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-B5E54-128AA-C23BA-D2729-5151F-SF036-6496F
Culabá: 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira de Costa Diniz
Secretária Geral

4.14.3.2 A Emissora desde já se obriga a fazer com que o valor dos recursos objeto da Cessão Fiduciária, a partir de 5 dias úteis da data de integralização das Debêntures e até a Data de Vencimento das Debêntures, corresponda a um montante em reais equivalente a, no mínimo, (i) 15% (quinze por cento) do saldo devedor das Debêntures até 30 de dezembro de 2016; e (ii) 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures a partir de 31 de dezembro de 2016 até a Data de Vencimento ("Valor Mínimo"), podendo realizar depósito adicional em conta vinculada para complementar o Valor Mínimo, caso o percentual determinado neste item não seja observado. Caso as demonstrações financeiras auditadas de dezembro de 2014 da Emissora demonstrem prejuízo financeiro, o Valor Mínimo passará a ser de 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures, devendo entrar em vigor imediatamente após a verificação do prejuízo.

4.14.3.3 Fica a Emissora autorizada a proceder à substituição da Cessão Fiduciária, por outros bens de sua titularidade ou de terceiros, conforme o caso, de natureza igual ou diversa a dos bens dados em garantia, desde que previamente aceitos por 92% (noventa e dois por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária ("Substituição de Garantia").

4.14.3.4 Observada a Condição Suspensiva e uma vez celebrada e devidamente registrada a Cessão Fiduciária, observados os requisitos e prazos para formalização e constituição da garantia prevista no Contrato de Cessão Fiduciária e nesta Escritura de Emissão, estará formalizada a Cessão Fiduciária, de forma irrevogável e irretroatável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações principais e acessórias da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.15. Vencimento Antecipado

4.15.1. Observado o disposto nos itens 4.15.2 a 4.15.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Vencimento Antecipado"), na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):




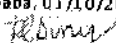
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012012
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C218A-D2739-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

- (a) descumprimento, pela Emissora e/ou Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão e/ou aos Debenturistas e/ou aos documentos da Oferta, nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil;
- (b) descumprimento, pela Emissora e/ou Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão e/ou as Garantias e demais documentos relacionados à Oferta, observado eventuais prazos de cura específicos descritos nas demais hipóteses desta Cláusula 4.15.1, não sanado no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou, na omissão deste, pelos Debenturistas, à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo de cura previsto nesta alínea não se aplica às obrigações não pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura de Emissão;
- (c) inadimplemento, pela Emissora, Fiadores e/ou quaisquer de suas Controladas (conforme abaixo definido), de qualquer obrigação pecuniária cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), não sanado no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data originalmente estipulada para pagamento ou do término do prazo de cura eventualmente existente; ou declaração de vencimento antecipado, de qualquer dívida da Emissora, Fiadores e/ou de quaisquer de suas Controladas cujo saldo devedor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas);
- (d) ocorrência de: (i) decretação de falência da Emissora, Fiadores e/ou de qualquer de suas Controladas diretas e indiretas ("Controladas"); (ii) pedido de autofalência ou pedido de falência da Emissora, Fiadores e/ou de qualquer de suas Controladas formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (iii) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora, Fiadores e/ou qualquer de suas Controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (iv) extinção (exceto se decorrente de reorganizações societárias, que não



 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E84-128AA-C22BA-D2720-5151F-5F03E-6498F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Tolkeira da Costa Diniz
Secretária Geral

causem um vencimento antecipado), liquidação, dissolução, insolvência ou pedido de autofalência formulado pela Emissora, Fiadores e/ou por qualquer de suas Controladas;

- (e) alteração do controle, direto ou indireto, da Emissora e/ou dos Fiadores, após a data da liquidação das Debêntures, exceto se: (i) aprovado previamente por Debenturistas detentores de, no mínimo, 92% (noventa e dois por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, bem como as Debêntures de titularidade (a) de empresas Controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) de Controladores (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas ("Debêntures em Circulação"), ou (ii) se os atuais acionistas da Emissora, conforme Estatuto Social em vigor na data de assinatura desta Escritura de Emissão, continuarem, direta ou indiretamente, como controladores da Emissora, conforme definição do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) ocorrência de qualquer aprovação de incorporação, fusão ou cisão da Emissora e/ou Fiadores, desde que não observado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que operações de incorporação (inclusive incorporação de ações), fusão ou cisão entre as Controladas da Emissora, ou ainda incorporação entre a Emissora e suas controladoras não serão consideradas com um Evento de Vencimento Antecipado nos termos desta alínea;
- (g) não atendimento da Condição Suspensiva, nos termos da Cláusula 4.14.3.1 acima e se as Garantias previstas nesta Escritura de Emissão não tiverem sido registradas perante os Cartórios de Registros previstos na Cláusula 2.3 acima, em até 15 (quinze) dias úteis contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão, desde que seja antes da liquidação financeira das Debêntures, e suas respectivas cópias das vias de cada registro não forem encaminhadas pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis contados do referido registro perante os competentes Cartórios de Registros ou se alguma das Garantias (a) for objeto de questionamento legítimo pela Emissora; (b) for anulada, nula, ou invalidada ou se tornar ineficaz ou inexecutável sob qualquer forma; (c) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida, ou se qualquer dos




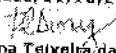
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED00056000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-12BA-A-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

Fiadores, conforme aplicável, tiver sua falência decretada, realizar pedido de autofalência ou de recuperação judicial ou submeter a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial e tal evento não for sanado ou a Emissora não substituir ou reforçar tais Garantias de forma satisfatória aos Debenturistas detentores de, no mínimo, 92% (noventa e dois por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do referido evento; ou (d) se a Cessão Fiduciária for objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou que a tome insuficiente, sem o devido reforço de garantia, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

- (h) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) (a) caso provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou Fiadores nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos da Oferta; ou (b) caso provarem-se incorretas ou inconsistentes quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou Fiadores nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos da Oferta desde que tais incorreções ou inconsistências não sejam sanadas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de comunicação da referida comprovação pela Emissora ao Agente Fiduciário;
- (j) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) realização da redução do capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas representando, no mínimo, 92% (noventa e dois por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação;

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-12BA-C22BA-02729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



- (l) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto quando referida alteração não resultar em mudança da atividade principal atualmente praticada pela Emissora e/ou do ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora;
- (m) alienação de quaisquer ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 20% (vinte por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para (i) investimentos na atividade produtiva da Emissora, ou (ii) substituição de bens antigos por novos com a mesma finalidade. Para os fins do disposto nesta alínea, a verificação da receita operacional líquida da Emissora será realizada trimestralmente, utilizando-se como base de comparação as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do respectivo trimestre de apuração, sendo que a primeira apuração deverá ser realizada com base nas informações financeiras revisadas da Emissora relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2014;
- (n) descumprimento de decisão judicial transitada em julgado determinando a execução de títulos contra a Emissora, os Fiadores ou qualquer uma de suas Controladas, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (o) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, os Fiadores ou qualquer de suas Controladas, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- (p) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora e/ou Fiadores, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, exceto se (i) essa operação decorrer de incorporação, fusão ou cisão que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado nos termos da alínea (f)



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico e Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128A-C128A-D2729-5151F-5F03E-6496F
CulsbA. 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

acima; ou (ii) houver anuência prévia dos Debenturistas detentores de, no mínimo, 92% (noventa e dois por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação;

- (q) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora, os Fiadores/ou por qualquer de suas Controladas, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de parte de seus ativos, de tal forma que comprometa a capacidade da Emissora ou dos Fiadores em cumprir as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (r) descumprimento das obrigações a que se refere o inciso (o) do item 5.1. abaixo, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, à medidas anticorrupção e ao meio ambiente, bem como, se a Emissora e/ou Fiadores incentivarem, de qualquer forma, a prostituição ou utilizarem em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- (s) não atendimento, pela Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem verificados anualmente pela Emissora e acompanhadas pelo Agente Fiduciário com base nas informações anuais consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora, sendo certo que a primeira verificação para os itens (A) e (B) desta alínea ocorrerá com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

(A) Dívida Líquida Consolidada / EBITDA menor ou igual a:

EXERCÍCIO SOCIAL	2014	2015	2016	2017	2018	2019
(x)	4,00	3,70	3,20	2,60	2,15	2,0

(B) EBITDA / Despesa Financeiras Líquidas maior ou igual



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C228A-D2729-5151F-5F03E-64B0F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



EXERCÍCIO SOCIAL	2014	2015	2016	2017	2018
(x)	1,10	1,80	2,15	2,75	2,75

Para os fins do disposto nesta alínea, aplicar-se-ão as seguintes definições para o cálculo dos Índices Financeiros:

“Dívida Líquida” significa a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as Debêntures, aquisições a pagar, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, menos as disponibilidades.

“EBITDA” significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; (ii) receitas financeiras, e (iii) itens não recorrentes; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

“Despesa Financeira Líquida” significa o resultado das despesas financeiras em módulo, menos as receitas financeiras em módulo, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice, excluído a Remuneração dos Coordenadores e Tributos, conforme definido no Contrato de Colocação. Caso a Despesa Financeira Líquida seja negativa, o referido índice não será considerado no respectivo período.

- (t) amortização do principal, resgate e/ou aquisição das debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Emissora (“Debêntures 1ª Emissão”) previamente à data de vencimento das Debêntures 1ª Emissão, exceto nas hipóteses em que (a) as Debêntures no âmbito desta Escritura também forem amortizadas, resgatadas e/ou adquiridas,



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
 Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
 Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
 NIRE: 51300012812
 Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
 Chancela: E7F3C-85E54-128AA-CX2BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
 Culsbb, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
 Secretária Geral

conforme o caso, na mesma proporção das debêntures da 1ª emissão independentemente de qualquer aprovação prévia dos Debenturistas, (b) a amortização, resgate e/ou aquisição exclusiva das Debêntures 1ª Emissão seja aprovada pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral convocada exclusivamente para esse fim, ou (c) a amortização do principal, resgate e/ou aquisição das Debêntures da 1ª Emissão seja realizada com os recursos oriundos de uma oferta pública primária e/ou secundária de ações de emissão da Emissora no Novo Mercado da BM&FBovespa com valor mínimo maior ou igual a R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sendo que a parcela primária deverá ser de no mínimo R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), desde que as Debêntures no âmbito desta Escritura também forem amortizadas, resgatadas e/ou adquiridas, conforme o caso, na mesma proporção das debêntures da 1ª emissão ou que os Debenturistas reunidos em assembleia geral renunciem a esse seu direito e autorizem a amortização, resgate e/ou aquisição das debêntures da 1ª emissão sem restrições.


4.15.1.1. Para os fins do item 4.15.1, "Controle" tem o significado previsto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações e "Controladas" tem o significado previsto no artigo 243, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.

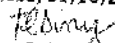
4.15.1.2. Os valores de alçada previstos nas alíneas acima serão reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M").

4.15.2. Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

- (i) A data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (a), (c), (d), (e), (g), (h), (j), (k), (l), (n), (o) e (p) do item 4.15.1 acima ("Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática"), será considerada a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 4.15.6 abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o Vencimento Antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e



 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº E0000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C228A-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

- (ii) ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.15.1 acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"), será considerada a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.15.3 abaixo na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.


4.15.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

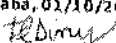
4.15.4. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.15.3 acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.15.5. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas convocada nos termos do item 4.15.3 acima, Debenturistas que representem, no mínimo, 92% (noventa e dois por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, deliberarem não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, não haverá Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.15.6. O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, em qualquer das hipóteses descritas no item 4.15.2, nos termos da Cláusula Nove abaixo, o Vencimento Antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 1 (um) dia útil contado (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o Vencimento Antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD.

4.15.7. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-BF03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento pela Emissora da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no item 4.15.6 acima e nos termos da Cláusula Nove abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13 acima.

4.15.7.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.15.7 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou dos encargos moratórios e/ou de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.


4.17. Local de Pagamento

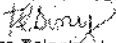
Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e em atendimento aos seus procedimentos, ou por meio do Escriitorador Mandatário das Debêntures para os titulares de Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.



 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO**
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: S1300012812
QI COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso e no jornal "Diário de Cuiabá", utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a assinatura desta Escritura, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.20. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

5.1. A Emissora e os Fiadores, conforme aplicável, estão adicionalmente obrigados a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas auditadas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, ou data anterior, caso tais informações sejam disponibilizadas na página da Emissora na rede mundial de computadores, (ii) relatório específico elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do Índice Financeiro, ficando, ainda, o Agente Fiduciário, desde já, autorizado a realizar todos os questionamentos necessários à Emissora e aos seus auditores independentes para a verificação dos



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-3F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

Índices Financeiros, e (iii) declaração assinada por diretor da Emissora na forma do seu estatuto social, atestando: (a) o cumprimento das disposições desta Escritura, especialmente com relação aos Índices Financeiros e detalhando, caso não haja o cumprimento, o motivo para tal descumprimento (b) da veracidade, ausência de vícios e suficiência das informações apresentadas, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; (c) atestando que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (d) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (e) atestando que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto;

- (ii) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
 - (iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19 acima;
 - (iv) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480") ou, na inexistência de prazo previsto na regulamentação, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem divulgados; e
 - (v) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços anuais a exame por empresa de auditoria



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 10/09/2014 sob nº EDD00566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E34-128AA-C22BA-DZ729-5151F-5F03E-8496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



independente registrada na CVM;

- (c) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures;
- (d) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sete abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil após sua ciência sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.15 acima, bem como qualquer outro evento que possa trazer prejuízo aos Debenturistas, a critério da Emissora. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos na presente Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial que afete, de forma relevante e adversa, a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a data em que a Emissora tomar conhecimento do



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C238A-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Handwritten signature
Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



trânsito em julgado do respectivo processo;

- (k) manter as condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, devendo notificar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração relevante ou sobre quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o pontual cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte;
- (l) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- (m) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (n) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais;
- (o) respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, e não incentivar a prostituição, tampouco utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou que de qualquer forma infringe direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente;
- (p) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta não sejam empregados em (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevida a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiros pessoas relacionadas, (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei nº 12.846/2013;




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000556000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5181F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

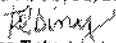
Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

- (q) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta;
- (r) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e a CETIP ou qualquer outro prestador de serviço de sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- (s) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (t) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (u) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (v) notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, em até 1 (um) dia útil, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas; e
- (w) cumprir todas as obrigações dispostas em todos os documentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Cessão Fiduciária, ao Contrato de Distribuição e a esta Escritura de Emissão.

5.2. As despesas a que se refere às alíneas do item 5.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-J de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROPAS S.A.
Chancele: 87F3C-85E84-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014



Ketia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

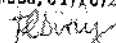


- (b) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (c) extração de certidões;
- (d) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;
- (e) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (d) despesas de viagem, compreendendo alimentação, transporte e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que qualquer despesa em valor individual ou agregado superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais) deverá ser, sempre que possível, previamente aprovado pela Emissora; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, sempre que possível, previamente aprovados pela Emissora.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED080566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
QI COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-12BA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta e ao Agente Fiduciário;
- (g) fornecer todas as informações solicitadas, pelo Agente Fiduciário, pela CVM, ANBIMA e/ou pela CETIP.


CLÁUSULA VI DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a **Pentágono S.A.**, Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-12BA4-C228A-D2729-5151F-5F03F-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições do respectivo Estatuto Social; e
- (k) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 2 de abril de 2018, em que foram emitidas 375.000 (trezentos e setenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora são garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios, conforme previsto na escritura de emissão; e (ii) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 6 de julho de 2018, em que foram emitidas 24 (vinte e quatro) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº EB000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

Chancela: E7F3C-85654-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katja Cristina Teixeira da Costa Diniz
Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



inadimplemento, conforme previsto na escritura de emissão: Na data da emissão, as debêntures da 3ª (terceira) emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário remuneração correspondente a parcelas anuais de R\$5.000,00 (cinco mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas de aniversário subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.

6.4.1. A remuneração prevista acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. As parcelas referidas no item 6.4 acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário.

6.4.3. As parcelas previstas no item 6.4 acima serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e quaisquer outros impostos que venham a incidir na remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

6.4.4. A remuneração do Agente Fiduciário prevista no item 6.4 acima, não inclui as despesas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, estadias, alimentação, transporte, extração de



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-DX729-5151P-SF03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Rebinz
Kecia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, notificação e publicação necessárias ao exercício da função de agente fiduciário dos Debenturistas, durante ou após a implantação do serviço, bem como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora, a serem arcadas pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.4.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.6. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 10 (dez) dias corridos, e ainda, poderá o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101281-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300032812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
CNPJ: 07.730.852/0001-12
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEMAT, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.19 acima;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014, sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 31300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-35E34-138A-A-C22BA-D2729-5181F-5F03E-0496F
Cadastr: 01/10/2014

Keia Cristina Teixeira da Costa Lima
Secretária Geral

quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma do grupo societário da Emissora, contendo inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes de bloco de controle, bem como todos os dados financeiros e atos societários, necessários à realização do relatório acima, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:

- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (vii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das Debêntures;
- (viii) pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (ix) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos; e




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012612

QA COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

Chancela: E7F3C-65E54-12BA-A-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira de Costa Diniz
Secretária Geral

- (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP;
 - (iv) na CVM; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações legais, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº E0000565000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012B12
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C228A-02729-9151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katla Cristina Teixeira da Costa Olim
Katla Cristina Teixeira da Costa Olim
Secretária Geral

impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, em observância aos prazos exigidos por cada qual;
- (q) acompanhar com o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora em relação às Debêntures, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (s) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- (t) calcular em conjunto com a Emissora o preço unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas, e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site: <http://www.pentagonotrustee.com.br>.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.15 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000506000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
QI COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
CNPJ: 07.730.856/0001-28
Cidade: 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira de Costa Diniz
Secretária Geral



- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.


6.6.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista na alínea (d), o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata o item 6.6 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

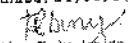
6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº E0000555000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300037812
Q1 COMERCIAL DE RÓUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-SF03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEMAT e nos Cartórios de Registros junto com a presente.

6.7.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.19 acima.

6.7.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunirem-se em Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012012
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7P3C-85254-128AA-C22BA-D2720-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dias em segunda convocação. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.19 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 92% (noventa e dois por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5.1. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas.

7.6. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.7. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvados *quorum* específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão tomadas, em primeira ou em segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 92% (noventa e dois por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.7.1. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.15.2. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 92% (noventa e dois por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº EDD00566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012612
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-65E54-128AA-C228A-D2729-5151F-5F03E-6466F
Cuiabá, 01/10/2014

Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

7.7.2. Sem prejuízo do disposto no item 7.7 acima, somente os Debenturistas que representem, no mínimo, 92% (noventa e dois por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, poderão aprovar alterações propostas pela Emissora sobre as seguintes matérias:

- (a) qualquer alteração no prazo de vigência, na Remuneração e/ou na Data de Vencimento das Debêntures;
- (b) nos critérios e procedimentos para cálculo e pagamento da Remuneração e/ou nas Datas de Pagamento da Remuneração;
- (c) na espécie das Debêntures;
- (d) na criação de evento de Repactuação;
- (e) desta, Cláusula VII e seus procedimentos e *quorum*;
- (f) nos *quorum* de deliberação, ordinários ou qualificados, das Assembleias Gerais de Debenturistas; e/ou
- (g) qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previstos no item 4.15 acima, inclusive em caso de renúncia ou perdão temporário.

7.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os *quorum* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº RD000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 28/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-89E54-128AA-D2729-5151F-SF03E-6486F
Curitiba, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



CLÁUSULA VIII
DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

8.1. A Emissora e os Fiadores, conforme aplicável, nesta data, declaram que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;
- (b) são sociedades de responsabilidade limitada devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;
- (c) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, a outorga das Garantias e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários, contratuais e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a Emissão e a Oferta não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou os Fiadores sejam partes ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou Fiadores, exceto pelas Garantias de que trata o item 4.5 acima; ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 28/09/2014
NIRE: 5130012812
OI COMERCIAL DE RÓUPAS S.A.
Chancela: 87F3C-85E54-128AA-C228A-02729-5151F-5F03E-0496F
Cuiabá, 01/10/2014

Karla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



dezembro de 2013, representará corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e serão devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes no Brasil à época em que forem preparadas e refletirão corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

- (g) as informações públicas sobre a Emissora, constituem informações relevantes e necessárias para que os Investidores Qualificados e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta e suficiente com relação ao investimento nas Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (h) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante em suas atividades ou condição financeira, ou que possam afetar a capacidade da Emissora e/ou Fiadores em cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (i) não há qualquer ligação entre a Emissora e/ou Fiadores e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (j) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins previstos no item 3.5 desta Escritura de Emissão;
- (k) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (l) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº EDD00566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C128A-D7728-5151F-5F03E-6498F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou Fiadores, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (a) a inscrição desta Escritura de Emissão e da ata da AGE na JUCEMAT, (b) o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de Registros, e (c) o registro das Debêntures na CETIP;

- (n) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua capacidade de cumprir com as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (o) estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que (a), de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, ou (b) na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (p) não viola qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010, conforme aplicável, pela Emissora ou suas coligadas e controladas;
- (q) mantêm todos seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora e Fiadores;
- (r) declararam e pagaram todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (a) cujo não pagamento não poderia acarretar um Efeito Adverso Relevante ou (b) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora e/ou Fiadores, tenham feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-8151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katla Cristina Telxella da Costa Diniz
Secretária Geral



- (s) cumprem, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (t) mantêm um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (a) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (b) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (u) não omitiram dos Coordenadores nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (v) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenadores anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (w) cumprem o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (x) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição; e



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº EDD00566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012012
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85654-128AA-C228A-D272B-S151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



- (y) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos.

8.2. Para fins desta Cláusula, "Efeito Adverso Relevante" significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, ou alteração ou efeito sobre a Emissora, considerados em conjunto, que, a critério fundamentado e de boa fé dos Debenturistas, modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes dos documentos da Oferta, da Emissão e/ou da Oferta.

CLÁUSULA IX DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Q1 Comercial de Roupas S.A.

Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1.894, sala 106, Jd. Aclimação, CEP 78050-000
Cuiabá - MT

At.: Sr. Alvaro Jabur Maluf Jr. / Sr. Paulo Jabur Maluf

Tel.: (11) 3048-0700

Fax: (11) 3048-0786

E-mail: alvaro@grupocolombo.com.br / paulo@grupocolombo.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP. 22640-102
Rio de Janeiro - RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000556000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-35E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6495F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral



Email: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Agente Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, CEP 04309-010

São Paulo - SP

At.: Sra. Claudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1535

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132

São Paulo - SP

At.: Sra Claudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1535

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima ou das pessoas responsáveis pelo recebimento das comunicações deverá ser comunicada à outra Parte pela parte que tiver seu endereço alterado ou a pessoa responsável pelo recebimento das comunicações, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3 acima serão



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F

Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

arcados pela Parte inadimplente.

CLÁUSULA X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores, salvo na hipótese de não atendimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.6. Sem prejuízo do disposto na Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário não será obrigado a



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 147/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: B7F3C-85654-128AA-C22BA-D7729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na presente Escritura de Emissão, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.9. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas por escrito pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

CLÁUSULA XI DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-12BAA-C22BA-02729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, Os Fiadores, os Intervenientes Anuentes e o Agente Fiduciário em 8 (oito) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 15 de setembro de 2014

[Handwritten signatures and initials]



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifica o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E84-128AA-C22BA-02729-5151F-9F03E-4496F
Cuiabá, 01/10/2014

[Handwritten signature]
Kátia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

2ª Página 1/2 de assinaturas da Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convogada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Q1 Comercial de Roupas S.A.

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

Nome: **Alvaro Jabur Maluf Jr.**
Cargo: **Diretor Presidente**

Nome: **Denis Nieto Piovezan**
Cargo: **Diretor Financeiro**

FIADORES:

ADM COMERCIO DE ROUPAS LTDA.

Alvaro Jabur Maluf Jr.
Diretor Presidente

AMD COMERCIO DE ROUPAS LTDA.

Alvaro Jabur Maluf Jr.
Diretor Presidente

Q1 SERVIÇO E RECEBIMENTO LTDA.

Alvaro Jabur Maluf Jr.
Diretor Presidente

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS DA AMAZÔNIA LTDA.

Alvaro Jabur Maluf Jr.
Diretor Presidente

INTERVENIENTES ANUENTES:

ALVARO JABUR MALUF JUNIOR

PAULO JABUR MALUF



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED0090566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812


Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F2C-85E54-128AA-C27BA-02729-5151F-5F03E-6496F
Culabá, 01/10/2014

Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

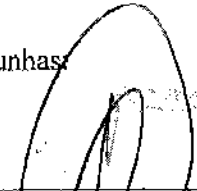


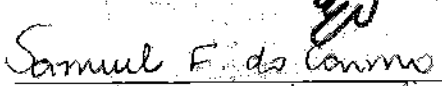
Página 2/2 de assinaturas da Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Q1 Comercial de Roupas S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Ana Paula de Oliveira
Cargo: Procuradora
RG: 28.306.958-2
CPF: 216.001.828-79

Testemunhas:


Nome: THIAGO DE F. CHAVES RIBEIRO
RG: 32.154.566-7 (SSP-SP)
CPF: 219.934.708-75


Nome: Samuel F. de Carvalho
RG: 36.382.3566-1 (SSP-SP)
CPF: 364.212.908-09



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D27A9-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

ANEXO I

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIRÓGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.

Pelo presente instrumento particular:

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1.894, sala 106, Jardim Aclimação, CEP 78050-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("**CNPJ/MF**") sob n.º 09.044.235/0001-50, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("**Emissora**");

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS DA AMAZÔNIA LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Rodrigo Otávio, nº 3555, loja L13A, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.999.792/0001-03, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("**Q1 Amazônia**");

ADM COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1731, salas 101 e 102A, Bosque Saúde, CEP 78050-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.744.781/0001-80, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("**ADM Comércio**");

AMD COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1731, salas 101 e 102B, Bosque Saúde, CEP 78050-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.402.825/0001-81, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("**AMD Comércio**");

Q1 SERVIÇO E RECEBIMENTO LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Cuiabá,



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812

Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-12BA-A-C22BA-D2729-51E1F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Katla Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretaria Geral

Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1731, salas 101 e 102C, Bosque Saúde, CEP 78050-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.218.787/0001-37, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Q1 Serviço") e, em conjunto com Q1 Amazônia, ADM Comércio e AMD Comércio, os "Fiadores";

E, ainda, na qualidade de Intervenientes e Anuentes:

ÁLVARO JABUR MALUF JUNIOR, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Benjamin Constant, nº 77, sobreloja, sala 03, portador do documento de identidade RG nº 9.190.788 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física ("CPF/MF") sob nº 130.167.548-27, ("Álvaro");


PAULO JABUR MALUF, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Benjamin Constant, nº 77, sobreloja, sala 03, portador do documento de identidade RG nº 9.190.787-1 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física ("CPE/MF") sob nº 083.832.696-62 ("Paulo") e, em conjunto com Álvaro, os "Intervenientes Anuentes";

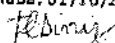
e, de outro lado, como agente fiduciário da emissão, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas") e, individualmente, "Debenturista";

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304 – Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora, os Fiadores e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte";

CONSIDERANDO QUE:

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE Roupas S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D272B-5151F-5F03E-0498F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

- (i) em 15 de setembro de 2014, as Partes celebraram a "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Q1 Comercial de Roupas S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), por meio da qual a Emissora emitiu até 500 (quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, totalizando o montante de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), no âmbito de sua 4ª (quarta) emissão ("Emissão");
- (ii) na respectiva Data de Emissão, as Debêntures eram da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional e passariam automaticamente a ser da espécie com garantia real assim que implementada a Condição Suspensiva, conforme definido nos itens 4.5.2 e 4.5.3 da Escritura de Emissão;
- (iii) na presente data, as Partes confirmam a satisfação da Condição Suspensiva, nos termos o item 4.14.3 da Escritura de Emissão;
- (iii) tendo em vista o disposto nos itens (ii) e (iii) acima, as Partes desejam alterar o item 4.5.1 da Escritura de Emissão, fazendo eventuais ajustes ao longo da Escritura de Emissão em decorrência da alteração aqui prevista;

RESOLVEM celebrar o presente "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Q1 Comercial de Roupas S.A." ("Primeiro Aditamento")



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101701-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-65E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-SF03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

1. DOS TERMOS DEFINIDOS

1.1 Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas, estejam no singular ou no plural, que não sejam expressamente definidos neste Primeiro Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

2. ALTERAÇÕES

2.1 Nos termos dos itens 4.5.2 e 4.5.3 da Escritura de Emissão, fica, por meio do presente Primeiro Aditamento, formalizada a convolação da espécie das Debêntures de quirografária, com garantia adicional fidejussória, para a espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

2.2 Em razão da convolação da espécie das Debêntures, as Partes concordam em alterar os itens 4.5.1, 4.14.1, 4.14.3 e 4.14.3.5 da Escritura de Emissão, que passarão a vigorar respectivamente com a seguinte redação e numeração:

"4.5.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia fidejussória adicional."

"4.14.1 Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora, previstas nesta Escritura de Emissão, as Debêntures contarão com garantia fidejussória e garantia real de cessão fiduciária de direitos creditórios ("Fiança" e "Cessão Fiduciária", respectivamente, e em conjunto, as "Garantias")."

"4.14.3 Cessão Fiduciária. O Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, deverá ser levado a registro, às expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registros, no prazo previsto no Contrato de



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-1 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-5F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014.

Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

Cessão Fiduciária e observados os procedimentos descritos nos termos do item 2.5 acima.”

“4.14.3.4 Uma vez celebrada e devidamente registrada a Cessão Fiduciária, observados os requisitos e prazos para formalização e constituição da garantia prevista no Contrato de Cessão Fiduciária e nesta Escritura de Emissão, estará formalizada a Cessão Fiduciária, de forma irrevogável e irretirável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações principais e acessórias da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.”


2.3 Ainda em decorrência da convalidação da espécie das Debêntures, ficam excluídos os itens 4.5.2, 4.5.3 e 4.14.3.1 da Escritura de Emissão, com os devidos ajustes de numeração.

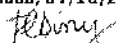
2.4 Todas as referências feitas na Escritura de Emissão ao termo “da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convalidada na espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional” passam a ser entendidas como “da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional” e a Escritura de Emissão passa a ser denominada “Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Q1 Comercial de Roupas S.A.”.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Este Primeiro Aditamento deverá ser inscrito na JUCEMAT e registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes dos seus signatários. Uma via original deste Primeiro Aditamento devidamente arquivada na JUCEMAT e registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data de obtenção dos referidos registros.



 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000566000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-85E54-128AA-C22BA-D2729-5151F-SF03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014


Katia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral

3.2 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, [DATA] de 2014.

(assinaturas nas páginas seguintes)

[Handwritten signatures and marks on the right margin]



 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifico o Registro em 30/09/2014 sob nº ED000586000
Protocolo: 14/101201-3 de 26/09/2014
NIRE: 51300012812
Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A.
Chancela: E7F3C-89E54-128AA-C22BA-D2729-5131F-3F03E-6496F
Cuiabá, 01/10/2014

[Handwritten signature]
Kátia Cristina Teixeira da Costa Diniz
Secretária Geral